

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1<sup>a</sup> REGIÃO – RJ**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA**  
CED – CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO  
Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2008

### **Avaliação do PAC no seu primeiro ano**

A desaceleração do crescimento econômico brasileiro é a evidência relevante no momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) completa um ano. Frente ao crescimento do PIB previsto de 5,2% em 2007, as projeções macroeconômicas (*Focus* do Banco Central) para 2008 apontam para a mediana e a média de 4,50% e 4,51%, respectivamente. Estas taxas são inferiores à taxa de 5,0% que consta no PAC para 2008. Desta forma, após um ano de PAC, no lugar da aceleração do crescimento, o que se observa é exatamente o oposto. Há, assim, a interrupção do miniciclo de otimismo que surgiu no segundo trimestre de 2007, quando houve aceleração do crescimento econômico. E, o Brasil continua “andando para trás” quando se considera o resto do mundo. A projeção do FMI de crescimento da economia mundial é de 4,8% em 2008, enquanto os países em desenvolvimento devem crescer 7,4%.

O primeiro aniversário do PAC envolve não somente a desaceleração do crescimento econômico e o atraso relativo do país, como também a piora nos principais indicadores macroeconômicos. O superávit da balança comercial deve cair de US\$ 40 bilhões em 2007 para US\$ 32 bilhões em 2008, enquanto o superávit da conta corrente de US\$ 5 bilhões em 2007 se transformará em déficit de US\$ 4 bilhões em 2008. A pressão inflacionária de 2007 (IGP-M de 7,8% e IPCA de 4,5%) deve continuar em 2008, com taxas de inflação maiores do que as taxas de 2006.

A desaceleração do crescimento econômico e a continuação do atraso relativo tornam-se fatores ainda mais relevantes quando fica cada vez mais clara a reversão da fase ascendente do ciclo econômico internacional iniciado em 2003. A questão central é que as maiores incertezas críticas em relação ao futuro da economia brasileira resultam tanto da reversão do ciclo internacional como dos erros e equívocos das estratégias e políticas econômicas do Governo. O PAC ilustra claramente estes equívocos e erros.

Orientado para a expansão dos investimentos em infra-estrutura no período 2007-10, o PAC contém medidas de expansão dos gastos de investimento do governo federal, compromissos de investimento de empresas estatais, medidas de estímulo à expansão do crédito e de desoneração fiscal, medidas focadas na melhora do ambiente de negócios, e diretrizes e parâmetros macroeconômicos. No documento lançado pelo CORECON-RJ em 28 de maio de 2007 ([Corecon-rj/ced/01-07](#)) há a análise crítica abrangente do PAC e no qual são discutidas suas limitações e inconsistências, sem que as mesmas tenham merecido atenção do governo federal.

No primeiro ano do PAC os fatos a destacar são os seguintes:

- O PAC não é um plano de desenvolvimento e sim uma lista *ad hoc* de projetos.
- Na criação dos PACS-setoriais (por exemplo, segurança e desenvolvimento urbano) o PAC aparece, de forma ainda mais clara, como uma coleção de projetos sem qualquer organicidade.
- Os investimentos da União são relativamente pequenos em termos das necessidades de investimento. Ademais, em seu primeiro ano de vigência, de R\$16,5 bilhões previstos de gastos do governo federal no PAC, só R\$5,4 bilhões foram desembolsados, de acordo com dados do próprio Ministério do Planejamento.
- Os gastos de investimento da União em infra-estrutura corresponderão, em média, a 0,6% do PIB no período 2007-10 enquanto os gastos com pagamento de juros responderão por 4,7% do PIB no período de vigência do PAC.
- A maior parte dos investimentos programados (aproximadamente 90%) é de responsabilidade das empresas estatais.
- Dois-terços dos investimentos das empresas estão concentrados no setor energético (petróleo, gás e eletricidade).
- Parte expressiva dos projetos de infra-estrutura está associada às atividades de exportação de produtos primários, o que agrava o padrão de especialização do comércio exterior do país, aumenta sua vulnerabilidade externa e reduz o potencial de crescimento no longo prazo.
- A expansão do financiamento governamental ao setor industrial está concentrada nos setores extrativistas e de insumos básicos (por exemplo, siderurgia, papel e celulose), que são orientados, em grande medida, para o mercado externo. O resultado é a maior vulnerabilidade externa do país nas esferas comercial e produtiva.
- Muitos especialistas afirmam que o país já está experimentando uma crise energética em virtude da explosão dos preços negociados no mercado paralelo de energia (mercado livre) de energia elétrica, do redirecionamento do gás natural para as termelétricas e as restrições de oferta das hidroelétricas.
- No contexto do PAC o governo conta com a maior liberalização externa na esfera produtiva via participação efetiva de empresas estrangeiras nas concessões para administrar as rodovias federais. No setor aéreo as autoridades defendem a ampliação do limite de participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais de 20% para 49%.
- A ineficácia na implementação do PAC aparece, por exemplo, quando se considera que o conjunto dos principais projetos para o Rio de Janeiro. Com a exceção dos projetos em andamento sob a responsabilidade direta da Petrobrás, somente dois dos 10 principais projetos saíram do papel.
- A pressão inflacionária e os riscos crescentes da conjuntura internacional são os fatos destacados pelas autoridades monetárias para interromper a trajetória de queda da taxa de juro. As previsões para 2008 são que as taxas de juros nominais devem ficar no mesmo patamar de 2007. A Taxa Selic deve fechar o ano de 2008 em torno de 11% frente à taxa de 11,25% no final de 2007.
- O PAC também opera no contexto da enorme vulnerabilidade externa do país que se agravou com o crescimento extraordinário das importações (quase 50% em 2006-07) e crescente dependência em relação à exportação de *commodities*. A crença de que as reservas internacionais do país servem como fator de resistência à crise internacional comete o grave erro de desconsiderar a elevada liberalização financeira e cambial do país. Estas reservas podem desaparecer em

poucas semanas via deslocamento das aplicações financeiras para a compra de dólares. E, de concreto, no âmbito das políticas governamentais, e do próprio PAC, não há medidas concretas no sentido de redução da vulnerabilidade externa estrutural do país. Muito pelo contrário. O capital estrangeiro tem sido visto como solução para problemas nos setores de infra-estrutura, que resultam em boa medida da inoperância do governo Lula.

- A falta de consistência macroeconômica do PAC deriva do fato de que o crescimento econômico sustentável de 5% exige taxas de investimento superiores a 20%. A taxa de investimento em 2007 deve ficar bem abaixo deste número (algo próximo de 17%).
- O "desenvolvimentismo às avessas" do Ministro da Fazenda Guido Mantega envolve a defesa de um imposto regressivo como a CPMF. Frente à correta decisão do Congresso de não renovar este tributo, o Ministro logrou a decretação do aumento do IOF que onera os mais pobres, que estão pagando taxas de juros que estão entre as mais altas do mundo. Cria-se mais um dreno fiscal que inibe o consumo e, portanto, desestimula o investimento e o crescimento econômico.

Em síntese, após um ano do PAC chega-se à conclusão que os problemas de concepção e implementação levaram a resultado geral pouco favorável. Em áreas-chaves, como energia e transporte, não houve melhoras evidentes ou, então, houve séria deterioração das condições de infra-estrutura. Os custos das deficiências na infra-estrutura tornaram-se ainda mais evidentes com o risco crescente na área energética. Em consequência, reaparece a pressão inflacionária via elevação dos custos. Além das deficiências de operacionalização, deve-se destacar que os avanços no marco regulatório (principalmente, a defesa da concorrência) foram praticamente inexistentes. O miniciclo de otimismo que se seguiu ao lançamento do PAC não parece ter completado um ano. O Brasil não está menos vulnerável aos fatores desestabilizadores externos. É um equívoco afastar a hipótese de crise cambial. O superávit comercial está diminuindo rapidamente, o superávit em transações correntes já se transformou em déficit e a relação entre as importações e as reservas internacionais deve diminuir significativamente no futuro próximo. Tendo em vista que o PAC mantém as diretrizes básicas das estratégias e políticas macroeconômicas do Governo Lula, o que se prevê para 2008 é, de fato, a pressão inflacionária via custo, o aumento da vulnerabilidade externa do país e a desaceleração do crescimento no contexto de maiores incertezas críticas.

## Projeções macroeconômicas para 2008

	2006	2007	2008
PIB (var. % real)	3,8	5,2	4,5
Exportações US\$ bi	137	161	172
Exportações, var. %	16,2	16,9	7,1
Importações US\$ bi	91	121	140
Importações, var. %	32,0	16,2	10,0
Balança comercial (US\$ bi)	46	40	32
Conta corrente (US\$ bi)	13,6	5,2	-4,0
Conta corrente (% PIB)	1,5	0,5	-0,3
IPCA	3,1	4,5	4,2
IGP-M	3,8	7,8	4,9
IGP-DI	3,8	7,9	4,8
Taxa Selic, final de período %	13,25	11,25	10,98
<b>Juro real médio (%)</b>	12,1	7,5	6,6

Fontes: IPEA e Banco Central do Brasil.

Nota: Dados para 2007 são estimativas e para 2008 são projeções.

## Expectativas macroeconômicas para 2008 (em 18 janeiro 2008) Mediana - agregado

	2008	2009
PIB (var. % real)	4,5	4,0
Balança comercial (US\$ bi)	30	26
Conta corrente (US\$ bi)	-5,0	-10,8
IPCA	4,4	4,2
IGP-M	4,8	4,4
IGP-DI	4,8	4,2
Taxa Selic, final de período %	11,25	10,0
Taxa Selic, final de período %	11,25	10,5

Fonte: BACEN – Focus.

[http://www.bacen/focus/18\\_jan\\_08](http://www.bacen/focus/18_jan_08)

## Taxa de crescimento real do PIB (%): 2003-08

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	4,0	5,3	4,8	5,4	5,2	4,8
Países em desenvolvimento	6,7	7,7	7,5	8,1	8,1	7,4
África	4,7	5,8	5,6	5,6	5,7	6,5
Ásia	8,3	8,8	9,2	9,8	9,8	8,8
Oriente Médio	6,6	5,6	5,4	5,6	5,9	5,9
Américas	2,4	6,0	4,6	5,5	5,0	4,3
Brasil	1,1	5,7	3,2	3,8	5,2	4,5

Fontes: FMI, IPEA e Banco Central do Brasil.

Nota: Dados para 2007 são estimativas e para 2008 são projeções.